

ATA NÚMERO 185/XII/ 4.ª SL

Aos 16 dias do mês de dezembro de 2014, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Informações e outros assuntos
- 2. Resolução nº 87/2014 de 29 de Outubro Aprofundar a Proteção das Crianças, das Famílias e Promover a Natalidade.
- 3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
- a) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à aprovação, em nome da União Europeia, da Convenção da Haia de 30 de junho de 2005 sobre os Acordos de Eleição do Foro [COM(2014)46], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: Alberto Costa (PS) Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que proíbe a pesca com redes de deriva, que altera os Regulamentos (CE) n.º 850/98, (CE) n.º 812/2004, (CE) n.º 2187/2005 e (CE) n.º 1967/2006 do Conselho e que revoga o Regulamento (CE) n.º 894/97 do Conselho, [COM(2014)265], objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar

Deputado Autor do Parecer: Cristóvão Norte (PSD) Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

c) LIVRO VERDE - Aproveitar ao máximo o saber-fazer tradicional da Europa: a eventual extensão da proteção das indicações geográficas da União Europeia aos produtos não agrícolas Texto relevante para efeitos do EEE



ATA NÚMERO 185/XII/ 4.ª SL

[COM(2014)469], objeto de relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Deputado Autor do Parecer: Paula Gonçalves (PSD) Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

d) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Reforço da cooperação entre as autoridades responsáveis pela vigilância marítima tendo em vista um melhor conhecimento das situações: próximas medidas no quadro do Ambiente Comum de Partilha da Informação no domínio marítimo da UE [COM(2014)451], objeto de relatório da Comissão de Defesa Nacional

Deputado Autor do Parecer: Lídia Bulcão (PSD) Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

- 4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
- a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre a política da UE em matéria de regresso COM(2014)199, objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PS Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

5. Apreciação e votação da Ata n.º 184XII relativa à reunião de 9 dezembro de 2014.

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto

(PSD), deu início à reunião, abordando os seguintes assuntos:

2



ATA NÚMERO 185/XII/ 4.ª SL

1. Informações e outros assuntos

- 1.1 Sobre a audição do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus pós Conselho Europeu de 18 e 19 de dezembro de 2014, efetuados os contactos para efeito da respetiva marcação, foi sugerido pelo Senhor Presidente da CAE o dia 7 de janeiro de 2015, no final do Plenário.
- 1.2 Tendo o Secretariado da Senhora Embaixadora da Letónia em Portugal contactado o gabinete de apoio da CAE, com vista ao agendamento da audição para apresentação das prioridades da Presidência do Conselho da União Europeia, que terá início em 1 de janeiro de 2015, ficou a mesma marcada para o dia 13 de janeiro de 2015, às 15h00.
- 1.3 Para conhecimento, e para os efeitos entendidos por convenientes, o Senhor Presidente deu conta da carta da *House of Lords* do Parlamento do Reino Unido sobre o cargo de Assessor para a área científica do Presidente da CE, nos seguintes termos:
- A Comissão Barroso (2010-2014) tinha instituído junto do Presidente da Comissão Europeia, o cargo de Assessor Chefe para a área científica (Chief Scientific Advisor). Este Assessor detinha um conjunto de competências (prestar assessoria nas áreas da ciência e tecnologia ao Presidente da Comissão; estabelecer a ligação entre a Comissão Europeia e os diversos organismos dos Estados-Membros com vista a garantir uma mensagem científica coerente; acompanhar os desenvolvimentos na área da ciência e tecnologia detetando as áreas que poderiam ser oportunidades para União e aquelas que poderiam ser ameaças; promover a cultura europeia na área da ciência e tecnologia e presidir ao Concelho Consultivo para a Ciência e Tecnologia).

Tendo sido tornado público que o novo Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, não pretendia manter este cargo, os Presidentes das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Assuntos Europeus da House of Lords do Parlamento do Reino Unido resolveram dirigir-lhe uma carta, na qual expressavam a sua opinião sobre a importância do cargo e a sua manutenção.

- 1.4 Também para conhecimento, e para os efeitos entendidos por adequados, o Senhor Presidente deu conta da mensagem enviada pelo Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e dirigida à consideração da CAE, contendo a proposta de Diretiva [COM(2013)151] do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros:
- O CNJ apelava a que Portugal apoiasse as propostas de alteração apresentadas pelo Parlamento Europeu, garantindo que a União Europeia fosse um espaço propício à inovação, à interculturalidade e que apostava no capital humano como um dos seus trunfos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Entendia o CNJ que esta Diretiva se afigurava relevante, uma vez que dizia respeito à mobilidade dos jovens, fosse por intercâmbio, formação ou voluntariado, oportunidades que permitissem o desenvolvimento de



ATA NÚMERO 185/XII/ 4.ª SL

competências interculturais, o incentivo da circulação de cérebros e o apoio à cooperação com os países terceiros, trazendo tanto vantagens para os países de origem como para os de acolhimento.

E-mail e carta tinham sido enviados aos Senhores Deputados.

1.5 Sobre o projeto de calendarização das atividades da CAE:

O gabinete de apoio à CAE tinha procurado informar-se sobre os termos dos agendamentos das reuniões das Comissões parlamentares nos dias 22 e 23 de dezembro de 2014, tendo sido transmitido que a Conferência de Líderes tinha deliberado no sentido de poderem reunir nesses dias, sem necessidade de pedido de autorização a SEXA a Presidente da AR. Previa-se para 2015 o seguinte: em janeiro [dia 7 – reunião da CAE; dia 8 – audições dos Membros ao Parlamento Europeu sobre a Resolução n.º 87/2014, de 29 de outubro; dia 13 – audição da Embaixadora da Letónia; dia 20 – audição no âmbito do PTCE (a confirmar); em fevereiro/março - visita de trabalho à Sérvia e Montenegro; em abril - Seminário "Revisão da Estratégia Europa 2020 – Inovação, Investigação e Ciência".

- 1.6 O Senhor Presidente informou que tinha sido convidado, por ocasião da LII COSAC, a integrar o grupo de trabalho que iria analisar o papel dos Parlamentos nacionais, promovido pelo Parlamento holandês.
- 1.7 A próxima reunião teria lugar no dia 7 de janeiro, no final do Plenário.

2. Resolução nº 87/2014 de 29 de Outubro - Aprofundar a Proteção das Crianças, das Famílias e Promover a Natalidade.

O Senhor Presidente procedeu à apresentação do tema em apreciação e fez o respetivo ponto de situação, designadamente no tocante à escolha das entidades a ouvir, da seguinte forma:

- Na reunião da CAE de 09.11.2014 tinha sido nomeada relatora a Senhora Deputada Paula Gonçalves;
- Tinham sido dirigidas cartas-convite aos representantes dos grupos políticos no Parlamento Europeu (MEP), com vista às audições sobre esta matéria;
- As respostas de propostas recebidas até esse dia, para audições a realizar no dia 8 de janeiro: Deputado Nuno Melo (CDS) 09:00; Deputada Liliana



ATA NÚMERO 185/XII/ 4.ª SL

Rodrigues (PS) - 09:45; Deputado Inácio Faria (MPT) - 10:30; Deputado Marinho e Pinto (Ind) - após o Plenário. A Deputada Marisa Matias (BE) agradeceu o convite, mas nesses 3 dias não lhe seria possível estar presente e perguntava se poderia ser noutra data.

- Em relação à participação da representação da Comissão Europeia, proposta na reunião anterior tinha sido apurado o seguinte:
- a) Na 1.ª semana de janeiro de 2015 os Comissários Europeus encontrar-se iam em Riga (Letónia);
- b) A Comissária Marianne Thyssen, responsável pela pasta do emprego, assuntos sociais, aquisição de competências e mobilidade laboral, pela razão apresentada anteriormente estaria presente em Riga (Letónia);
- c) As políticas mencionadas na Resolução em apreço não são políticas europeias. As competências são nacionais. Os relatórios que existem são o resultado da recolha de dados fornecidos pelos Estados-Membros.
- Em relação à participação de representação do Parlamento Europeu:
- a) A Comissão parlamentar que tem competência sobre as matérias em apreciação é a dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros, presidida pela Deputada Iratxe García Pérez (Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, Espanha, Partido Socialista Obrero Español). A Comissão é integrada pelos Deputados Inês Zuber (Vice-Presidente) e Marinho e Pinto (membro suplente).
- b) A referida Presidente da Comissão tem a agenda preenchida com atividades em Bruxelas. No caso de a CAE deliberar convidá-la, considerar-se-ia a possibilidade de realizar a audição através de videoconferência?
- c) Relatório sobre a conciliação entre a vida profissional, familiar e privada, de
 23 de fevereiro de 2004 foi relatora: Deputada Regina Bastos, elaborado no
 âmbito da proposta de Resolução sobre a conciliação entre a vida profissional,



ATA NÚMERO 185/XII/ 4.ª SL

familiar e privada e que deu origem à Resolução PE-2004-0152 sobre a conciliação entre a vida profissional, familiar e privada.

- d) Face ao exposto, apresentava-se à consideração a opção a tomar pela CAE, tendo em vista comunicar à Antena, em Bruxelas, para efeito de estabelecimento de contactos.
- Na Comissão de Assuntos Europeus, a proposta de audições apresentada pelo CDS-PP, recebida nesse mesmo dia 16 de dezembro, considerava a seguinte participação: Chefe da delegação da CE em Lisboa; Chefe do gabinete do PE em Lisboa; a antena da AR no PE
- Iria ser distribuída documentação europeia relativa às matérias em apreciação, preparada pelos Serviços da CAE.

O Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD) referiu que as audições com os Membros ao Parlamento Europeu estavam asseguradas. Deviam ser contactados os chefes das delegações da representação da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, em Portugal, com vista a abordarem as iniciativas ou contributos que estas instituições deram nesta matéria. O relatório mais substancial produzido sobre o assunto em apreço datava de 2004. Manifestava interesse em saber se o artigo 159.º do Tratado da União Europeia estava, ou não, a ser cumprido. A questão que deixava para apresentar era se o relatório mencionado no referido artigo estava a ser elaborado, e por quem.

O Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) interveio para dizer que estas audições tinham o intuito de contribuir para a elaboração do relatório, proporcionando à relatora informação com qualidade. Concordava com as audições aos Membros ao Parlamento Europeu mas tinha dúvidas, relativamente às das representações daquelas instituições europeias, em Portugal. Na última reunião tinha sido referido que se procedesse à consulta às duas representações para saber quem deveria ser ouvido. Em vez de se dirigir um convite formal, poder-se-ia mencionar a possibilidade de contar com a



ATA NÚMERO 185/XII/ 4.ª SL

presença de técnicos. Era igualmente relevante ouvir representações diplomáticas em Portugal, dos países que tinham conseguido inverter a tendência e promover a natalidade.

O Senhor Presidente interveio, em seguida, para referir que na área da promoção da natalidade, a França tinha conseguido resolver o problema.

O Senhor Deputado Ribeiro e Castro (CDS-PP) aludiu ao facto de haver interesse em conhecer a evolução histórica da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu sobre esta matéria, e também, à necessidade de saber se existiam relatórios. Lembrou a existência do Observatório da Família.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) referiu que o PCP concordava com as audições propostas. Quanto à audição à Embaixada de França, tendo conhecimento de que a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNEPCP) iria proceder à mesma, propunha que CAE se associasse a esta iniciativa.

O Senhor Presidente sintetizou, a final, dizendo que as representações das duas instituições europeias poderiam ser ouvidas no dia 7 de janeiro de 2015, após a audição do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus ou no dia seguinte, no final do Plenário. Entretanto, iria contactar o Senhor Presidente da CNECP.

- 3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
- a) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à aprovação, em nome da União Europeia, da Convenção da Haia de 30 de junho de 2005 sobre os Acordos de Eleição do Foro [COM(2014)46], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias



ATA NÚMERO 185/XII/ 4.ª SL

Deputado Autor do Parecer: Alberto Costa (PS)
Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

O Parecer foi apresentado pelo Senhor Deputado Alberto Costa (PS), tendo no final, agradecido o contributo prestado pela Dra. Maria João Costa, representante permanente da AR junto da União Europeia.

Em seguida, intervieram o Senhor Presidente para dizer que esta matéria tinha antecedentes e o Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD) para mencionar que as conclusões do parecer estavam bem fundamentadas.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) tomou a palavra para, no momento da votação, solicitar a separação das partes A e B e conclusões, pontos 2 e 3.

Submetido a votação, o parecer obteve o seguinte resultado:

Nota Introdutória e Considerandos – aprovados por unanimidade;

Conclusões:

Parte A - aprovado por unanimidade;

Parte B – pontos 2 e 3 – a favor: PSD, PS e CDS-PP e abstenção do PCP ponto 4 – aprovado por unanimidade

O parecer foi aprovado, nos termos e de acordo com as votações assinaladas, registando-se sempre a ausência do BE.

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que proíbe a pesca com redes de deriva, que altera os Regulamentos (CE) n.º 850/98, (CE) n.º 812/2004, (CE) n.º 2187/2005 e (CE) n.º 1967/2006 do Conselho e que revoga o Regulamento (CE) n.º 894/97 do Conselho, [COM(2014)265], objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar

Deputado Autor do Parecer: Cristóvão Norte (PSD)



ATA NÚMERO 185/XII/ 4.ª SL

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

Nota: A apreciação e votação deste Parecer foram adiados para a reunião seguinte.

c) LIVRO VERDE - Aproveitar ao máximo o saber-fazer tradicional da Europa: a eventual extensão da proteção das indicações geográficas da União Europeia aos produtos não agrícolas Texto relevante para efeitos do EEE [COM(2014)469], objeto de relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Deputado Autor do Parecer: Paula Gonçalves (PSD)
Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

Nota: A Senhora Deputada Paula Gonçalves (PSD) pediu o adiamento da apreciação deste Parecer

d) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Reforço da cooperação entre as autoridades responsáveis pela vigilância marítima tendo em vista um melhor conhecimento das situações: próximas medidas no quadro do Ambiente Comum de Partilha da Informação no domínio marítimo da UE [COM(2014)451], objeto de relatório da Comissão de Defesa Nacional

Deputado Autor do Parecer: Lídia Bulcão (PSD) Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

Nota: A Senhora Deputada Lídia Bulcão (PSD) pediu o adiamento da apreciação deste Parecer

4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:



ATA NÚMERO 185/XII/ 4.ª SL

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre a política da UE em matéria de regresso COM(2014)199, objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PS Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autora do Parecer, a Senhora Deputada Ana Catarina Mendes.

5. Apreciação e votação da Ata n.º 184XII relativa à reunião de 9 dezembro de 2014.

Submetida a votação, a Ata n.º 184/XII relativa à reunião de 9 de dezembro de 2014 foi aprovada com os votos a favor e a abstenção do PCP, registando-se a ausência do BE.

A reunião foi encerrada às 17:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 05 janeiro 2015.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



ATA NÚMERO 185/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Bravo Nico
Carla Cruz
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Duarte Marques
Gabriel Côrte-Real Goucha
João Lobo
José Ribeiro e Castro
Nuno Filipe Matias
Paula Gonçalves
Paulo Mota Pinto
Rui Barreto
Vitalino Canas
Fernando Serrasqueiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Sá

Ana Catarina Mendonça Mendes Catarina Martins Ivo Oliveira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso António Rodrigues Jacinto Serrão Sérgio Azevedo